Inf. Pauta Fortaleza, CE v. 1 n. 1 jan./jun. 2016

ENSAIO

O TEXTO NA PESQUISA CIENTÍFICA: notas a partir de uma experiência

THE TEXT IN SCIENTIFIC RESEARCH: notes from an experience

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
UEL/UNESP

RESUMO

A partir de vivências e experiências do autor como professor, pesquisador e orientador de trabalhos acadêmicos, tanto de graduação, especialização, mestrado, doutorado e supervisão de pós-doutorado, busca-se compartilhar elementos presentes na produção científica, em especial da área de Ciência da Informação. Aspectos vinculados às formas de se redigir um texto científico (primeira pessoa do plural, impessoal e primeira pessoa do singular), incluindo os argumentos que defendem cada uma dessas formas, além dos motivos não explicitados que orientam as opções; situações pontuais do fazer do pesquisador em sua lida com a disseminação da produção intelectual; os conceitos hegemônicos na redação de um texto científico; são aspectos abordados no trabalho. O objetivo é partilhar, com os que atuam ou se interessam pela área, experiências normalmente não retratadas na literatura especializada sobre o tema.

Palavras-chave: Texto científico. Pesquisa científica. Produção científica. Linguagem científica.

ABSTRACT

As from of the author's experiences as a teacher, researcher and advisor of academic papers, in levels of undergraduate, specialization, master, doctoral and post-doctoral supervision, seeks to share elements present in scientific production, especially of Science Information area. Aspects linked to ways to write a scientific text (first person plural, impersonal and first person singular), including the arguments supporting each of these forms, in addition to reasons not explained to guide the options; specific situations to the researcher in relation of intellectual production dissemination; the hegemonic concepts in writing a scientific text; are aspects approached in the article. The objective is to share with those who work or are interested in area, experiences not usually portrayed in the literature on the theme.

Keywords: Scientific text. Scientific research. Scientific production. Scientific language.

1 INTRODUÇÃO

Uma das turmas do curso de Mestrado em Gestão da Informação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) me fez um convite para falar sobre a produção de uma dissertação, passando pela pesquisa - suas etapas e desenvolvimento - e finalizando na elaboração do texto final.

A primeira reação que tive foi a de não aceitar o convite. Essa reação foi motivada pelo fato de que não tenho preocupações acadêmicas e de pesquisa sobre esse assunto. Minha preocupação dá-se no âmbito do desenvolvimento de pesquisas na área de Ciência da Informação e na produção de textos científicos para disseminar os resultados das reflexões geradas por essas pesquisas.

No entanto, em conversas com a professora que coordenava a disciplina na qual a palestra estaria inserida, percebi que o desejo da turma era por informações e conhecimentos que extrapolavam o que se encontrava na esfera das publicações científicas sobre o tema. Ou seja, solicitavam que partilhasse com eles as minhas experiências pessoais, oriundas de vivências próprias – ou de colegas docentes e discentes – com pesquisas e publicações, e com as observações geradas pelas minhas orientações no âmbito da graduação e da pós-graduação.

Depois de aceitar o convite e refletindo sobre a abordagem que daria ao tema, resolvi enfocar dois grandes aspectos: o texto científico – com ênfase na linguagem – e a pesquisa em si. Determinei, também, que não faria uma separação entre os aspectos formais e os de conteúdo. Seriam eles tratados dentro dos dois aspectos centrais. Mais uma definição: não buscaria subsídios na literatura, recorrendo apenas à minha vivência como docente, como pesquisador e como orientador. Ainda outra: não me preocuparia com o limite de horas da palestra, correspondente às horas de um dia de aula (4 horas). Esta última resolução implicava em iniciar a palestra/conversa/aula acompanhando os slides em PowerPoint programado, mas solicitando e incentivando a participação de todos os alunos em cada item discutido. Ao final, caso o conteúdo previsto não fosse inteiramente ministrado, um novo encontro seria agendado, em horário diferenciado daquele previsto no calendário oficial, sem obrigatoriedade de presença ou, na impossibilidade dessa proposta, os slides seriam enviados para todos os alunos, e os interessados poderiam me contatar visando à discussão dos tópicos que surtiram dúvidas ou que, sob o ponto de vista desses alunos, mereceriam uma discussão maior.

Com essas determinações, iniciei a redação, buscando na memória casos, situações, leituras, conhecimentos, experiências, momentos em que a prática da pesquisa e da elaboração de textos científicos estivesse presente.

A palestra/conversa/aula foi ministrada no primeiro semestre de 2011. Desde essa época, não mais refleti sobre o tema, até que surgiu a oportunidade de retomá-lo e apresentá-lo na reunião anual, no caso em 2012, da linha de pesquisa "Gestão, Mediação e Uso da Informação", do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Marília, cidade localizada no interior do Estado de São Paulo.

Para lidar com o tema proposto, vários horizontes puderam ser vislumbrados. Optei pelos aspectos do tema que vão além do formalismo das técnicas, mas que, provavelmente, são mais importantes e incidem com mais força na construção de um texto científico. Além disso, escolhi lidar pontualmente com os itens que entendi serem importantes para a compreensão do assunto-base do trabalho.

O texto a seguir é parte dessas reflexões, incidindo sobre os aspectos da redação do texto científico. Resolvi partilhá-las com um grupo maior do que os alunos de pós-graduação da UEL e dos participantes da reunião anual da linha de pesquisa da pós-graduação da UNESP, acreditando que, talvez, possam contribuir com as reflexões de outros interessados no tema ou que estejam, no momento, vivenciando e às voltas com pesquisas acadêmicas ou com elaboração de trabalhos científicos.

Uma vez que são reflexões, fruto de experiências e vivências pessoais, não há citações e, consequentemente, referências bibliográficas de textos acadêmicos ao final do texto. No entanto, é preciso alertar para o fato de que nossos conhecimentos não estão alicerçados apenas e exclusivamente em nossas relações sensoriais com o mundo, com nossos envolvimentos empíricos, mas no entrelaçamento entre o empírico e o reflexivo, entre o racional e o emotivo, entre a teoria e a prática. Toda reflexão pressupõe nossas relações sensoriais, incluídas de leituras de mundo, da apropriação de ideias, conceitos e concepções – além de vivências – de outros.

2 REDIGINDO O TEXTO CIENTÍFICO

Há três formas de se redigir um texto, aceitas pela academia, empregando:

- A primeira pessoa do plural;
- O impessoal;
- A primeira pessoa do singular.

A forma que utiliza a primeira pessoa do plural, muito usada, parece indicar que a autoria não é de um único autor, mas de vários.

Professores que orientam dissertações e teses, muitos deles, defendem que a autoria delas deve incluí-los, uma vez que contribuíram com o norteamento, com a indicação dos principais pensadores da área tema desses trabalhos, com a apresentação de metodologia apropriada para o desenvolvimento da pesquisa do orientando e, em especial, com o acompanhamento, *pari passu,* de todas as etapas do trabalho.

Outras razões também são advogadas para o emprego da primeira pessoa do plural nesses trabalhos acadêmicos, mesmo os que não estão vinculados ou que sejam produtos de pesquisas próprias de cursos de pós-graduação. A principal delas diz respeito à procura de um necessário e imprescindível, na concepção dessa corrente, "distanciamento" entre o pesquisador e o objeto de análise.

O mesmo argumento serve para a defesa do uso da forma impessoal para "narrar" o trabalho científico. Ambas, além do "distanciamento", também argumentam com a necessidade imperiosa, *sine qua non,* de uma pretensa postura neutra e imparcial do pesquisador.

Acreditam que, na pesquisa, os resultados são isentos de interferências, desde que o pesquisador tenha uma postura científica, profissional e ética. Posturas científicas, profissionais e éticas não implicam em mais ou menos influência do pesquisador ou do grupo de pesquisa nas conclusões eleitas para constar do produto final da pesquisa. A palavra "eleita" foi aqui empregada para evidenciar que conclusões não são únicas, mas as possíveis no momento, no local, a partir do ferramental possuído e empregado, do número e da qualificação dos colaboradores, da formação do coordenador ou do pesquisador (no caso de pesquisas individuais), dos interesses visados, dos vínculos com entidades e agências de fomento, do tempo delimitado para sua conclusão, das hipóteses elencadas e que vislumbram, no início, possíveis respostas (boa parte das vezes, hipóteses vinculadas aos conceitos e concepções do coordenador, que, se negadas, podem destruir tais conceitos ou, ao menos, questioná-los), e outros pontos que, consciente ou inconscientemente,

afetam, interferem e influenciam os resultados e o próprio desenvolvimento dos trabalhos científicos.

A título de curiosidade, vale trazer a seguinte pergunta: quantas teses e dissertações – incluindo, também, monografias e trabalhos de conclusão de curso de graduação – conhecemos em que a hipótese levantada inicialmente, e que alimentava os pressupostos de conclusões do autor, foram negadas ou refutadas ao final? Particularmente, não conheço nenhuma. Aliás, comenta-se nos bastidores da academia que, nos casos em que essa negação ocorre, as hipóteses iniciais são alteradas para se adequar às conclusões.

O distanciamento deve ser buscado, mas com a consciência de que nunca será alcançado. Não é ele possível de ser atingido em sua totalidade, em sua plenitude. A relação do pesquisador com o tema de interesse tem um componente de simpatia, de empatia. Basta este aspecto para que fique clara a inviabilidade do distanciamento entre pesquisador e tema de interesse. Mesmo desejando, os vínculos são inconscientes e, dessa forma, difíceis de serem detectados e excluídos.

Da mesma forma, seguindo esse raciocínio, a neutralidade e a imparcialidade do pesquisador são utopias que há muito existem e persistem no meio acadêmico. Muito mais do que estarem presentes, não são elas reconhecidas como utopias, mas como algo inerente à pesquisa.

Há de se concordar com a existência de várias correntes quanto ao entendimento do que é ciência e como ela deve ser estruturada. As concepções sobre ciência seguem posições filosóficas e são antagônicas ou, quando menos, diferentes. Conceituar ciência como neutra leva, aqueles que o fazem, a se alinhar com outros conceitos, tanto no âmbito filosófico como no político, no econômico, no cultural etc. Os trabalhos científicos que empregam, para sua "narrativa", a primeira pessoa do plural ou o impessoal, acompanham um entendimento hegemônico sobre ciência e pesquisa. Do mesmo modo, reproduzem esse pensar e essa posição, alimentando um falso entendimento sobre verdade e naturalidade de determinadas posições e formas de entender e explicar o mundo.

Outro argumento para a defesa do emprego da primeira pessoa do plural e do impessoal é o de que o fazer científico é plural, ou seja, muitos são os que permitiram que o conhecimento e sua estrutura tivessem a forma atual. O pensar das pessoas está sempre alicerçado e embasado em pensamentos anteriores. Tenho uma simpatia com esse pensar, uma vez que acredito que todo conhecimento se concretiza, apesar de individual, na relação da pessoa com o mundo. No entanto, não creio que esse argumento deva validar o

emprego daquelas formas de redação do texto científico, pois deveríamos excluir o uso do pronome "eu", dado que nossas ações seriam sempre resultado de reflexões e relações de outras pessoas, cujas vivências e pensares se mantiverem apesar da morte física.

Defendo que o conhecimento é construído pelo individuo, mas, necessariamente, na relação com o mundo. Somos dependentes e incompletos. Dependentes, uma vez que não existimos isolados, mesmo no âmbito do pensamento e da razão. Incompletos, porque estamos sempre a nos construir. Nossas verdades hoje são parciais, são momentâneas, são relativas, pois se modificam com o surgimento de outras formas de se entender o mundo, de se olhar o mundo, de se explicar o mundo. Somos incompletos porque nos modificamos no transcorrer da vida. A cada momento somos outro, diferente, incluindo vivências e saberes. Nosso conhecimento se modifica, se altera. Estamos sempre nos construindo. A morte é o final da indefinição, da não completude. Somos incompletos porque, para existir, dependemos dos outros. Constituímo-nos em nós e nos outros. Somos produtos inacabados dessa relação.

Nossa relação com a leitura é um exemplo da impossibilidade de um conhecimento totalmente acabado. A cada momento em que relemos um texto, o fazemos de maneira diferente, uma vez que nos modificamos, que ampliamos nosso acervo de experiências e de conhecimentos, que possuímos novos entendimentos e compreensão de mundo, que possuímos novos e diferentes referenciais. Cada releitura é uma nova e outra leitura. Assim, não podemos dizer que lemos um texto. Quando o fazemos precisamos explicitar o momento em que ocorreu a leitura.

Os autores que embasam nossas ideias, fundamentam nossas certezas e fazem parte de nosso referencial teórico, seguindo o que afirmei acima, também modificam suas visões e explicações de mundo. Textos escritos quando iniciando reflexões sobre um tema serão diferentes dos elaborados quando mais velhos. Os textos escritos pelo “jovem” Marx são diferentes dos produzidos em sua fase adulta ou quando mais velho. O mesmo ocorre, por exemplo, com Freud. Ler qualquer texto desses autores não significa, necessariamente, que teremos a partir dele uma visão ou compreenderemos as teorias que defendem. Pior: muitos pensadores, senão a maioria, escrevem fragmentando suas ideias em vários textos, tornando difícil uma compreensão estruturada e organizada do que eles defendem. Muitos dos que estudam tais pensadores, excetuando afirmações categóricas e explicitamente claras deles, tendem a apresentar entendimentos conflitantes de suas teorias. Em suma, a leitura não é um mero decodificar de símbolos, mas implica na consideração de inúmeras

outras variáveis, todas elas participando, de alguma maneira, na compreensão do que lemos.

Um outro alerta é importante: o conhecimento atual não é decorrência de uma ação natural da história. Pelo contrário, o atual estágio do saber foi construído a partir de embates, lutas travadas na arena da história. A busca pelo poder; a procura pela afirmação e aceitação universal de interesses particulares; a tentativa de impor um modo de pensar; a manutenção de sistemas econômicos que reproduzem a visão e os interesses dos opressores, entre outras, são razões que determinaram o estágio atual da ciência e do conhecimento humano.

A tecnologia pode servir como exemplo: vivemos um descompromisso entre os avanços técnicos e a preservação do meio ambiente; vivemos um descompromisso entre os avanços técnicos e os interesses da maioria da população; vivemos um descompromisso entre os avanços técnicos e os recursos naturais da terra. É claro que o estágio atual das tecnologias está vinculado aos interesses do sistema econômico em vigor: o capitalista, o qual aponta e defende o individualismo, a busca pelo poder, a competitividade sem ética, o interesse no mercado e na mercadoria, a exacerbação da propriedade privada etc.

A academia não está isenta desse processo. Ao contrário, em boa parte das vezes, se não na maioria, a ciência reproduz essa situação, na medida em que se vincula e se submete a concepções que defendem tal sistema econômico. Como tudo, a ciência é sujeito e objeto da sociedade, embora muitas vezes, como sujeito, não aponta essas contradições, não desnuda situações que permanecem acobertadas e que empregam de todos os meios, inclusive da ciência, como forma de manter os interesses de poucos como predominantes.

A exemplo do emprego da primeira pessoa do plural, o “nós majestático”, o uso do impessoal segue as mesmas características elencadas, embora, creio, de maneira mais exacerbada. Há quase que uma negação do autor da pesquisa em termos como “Fez-se”, “Buscou-se” etc.

Em meus textos, ultimamente, prefiro utilizar a primeira pessoa do singular. Ela evidencia minha relação com o objeto de estudo e de análise. Creio que, assim, evidencio minhas concepções, minhas simpatias, meus vínculos com determinadas formas de pensamento e de entendimento do mundo. Demonstro que, quando escolho um tema, um assunto para pesquisar, o faço dentro do rol de nichos do conhecimento humano aos quais tenho mais afinidade. Quando utilizo o "nós" ou o "impessoal", ao contrário, parece-me a escolha do tema de pesquisa, motivada pela simpatia, pelo gosto, pelas relações prévias,

fica escamoteada, escondida na aparente neutralidade de um pseudodistanciamento produzido pelo emprego do impessoal ou da primeira pessoa do plural.

Atualmente, peço aos meus orientandos que elaborem, no início de suas dissertações e teses, uma pequena "biografia acadêmica". Essa ideia eu a partilhei de um amigo, Edmir Perrotti, que a defende afirmando que o leitor deve conhecer a trajetória do autor da pesquisa. A escolha do tema que desencadeou a pesquisa e gerou a dissertação ou a tese não surgiu por acaso, mas é fruto da relação do autor com o tema mais amplo no qual está, aquele segmento específico, inserido. Independente da escolha em qual pessoa será o texto redigido, se "nós", "impessoal" ou "eu", a "biografia acadêmica" deverá ser escrita utilizando a primeira pessoa do singular.

3 A LINGUAGEM

O que seria uma linguagem voltada para os textos científicos? E como deve ser ela concretizada?

A exemplo das formas de se redigir um texto científico, também há, em relação à linguagem, uma concepção hegemônica que determina padrões, normas, maneiras de se entendê-la e de empregá-la. A imposição da concepção hegemônica é aceita e reproduzida na literatura especializada e, quase nunca, questionada.

Entre as determinações dessa concepção, devemos utilizar o jargão da área. Diferente, por exemplo, da linguagem, digamos, mais ficcional. Mesmo que o tema, o objeto estudado, tenha um caráter ficcional, a linguagem empregada deve seguir o mesmo padrão científico.

O texto escrito é priorizado, e outras formas de se expressar o conhecimento não são aceitas, mesmo que o objeto de análise se encontre em outra mídia.

Por exemplo: as dissertações de mestrado e as teses de doutorado dos programas de Pós-Graduação em Artes Cênicas, em qualquer uma de suas várias divisões (atuação, direção, dramaturgia, cenografia etc.), devem ser apresentadas em texto escrito. Um candidato que defende uma nova forma de abordar, interpretar e dirigir um texto clássico da dramaturgia teatral pode incluir a reprodução em imagem do espetáculo encenado, mas a avaliação do seu trabalho acadêmico dar-se-á sobre o texto escrito.

O mesmo acontece no âmbito da música. Um candidato da área de regência, que se propõe reler uma obra de um compositor clássico, pode, desejando, incluir em anexo a

imagem da apresentação, fruto de sua interpretação. No entanto, a avaliação da banca, seja de mestrado ou de doutorado, será norteada pelo texto escrito.

No contexto da Biblioteconomia, um trabalho sobre "contação de histórias", ou sobre atividades culturais desenvolvidas em bibliotecas, pode anexar, em vídeo ou em áudio, ações desenvolvidas como atividades de campo, mas servirão apenas como apêndice do trabalho, em nada alterando as exigências do trabalho escrito.

Afirma-se, com essa posição, que a única forma de se disseminar e reproduzir pesquisas científicas é a partir da estrutura e determinações da escrita. É evidente que essa postura limita as pesquisas que têm como objeto outras mídias, como a imagem fixa (fotografias, artes plásticas, quadrinhos, gravuras, esculturas etc.), imagem em movimento (filme, linguagem corporal etc.) e som (música, oralidade etc.). Todas as mídias precisam, dentro dessa concepção, do texto escrito para serem analisadas; e é com base no texto escrito que as conclusões são apresentadas.

Outro ponto importante para esta discussão é a defesa de muitos, com a qual discordo frontalmente, de que devemos utilizar a língua inglesa como a língua universal da ciência. Alega-se que é essa a língua hoje que predomina na literatura de quase todas as áreas do conhecimento humano. Não estando publicado em inglês, um texto não será lido pela maioria dos pesquisadores e, consequentemente, não influenciará a comunidade acadêmica. Essa verdade é incontentável, no entanto, se determinarmos a língua inglesa como a língua da ciência, daremos a ela e aos países que a têm como língua-mãe um poder de dominação que redundará, mais ainda do que já é atualmente, no norteamento, na imposição dos destinos e caminhos da ciência, do pensar e do conhecimento da humanidade a esses países. Mais uma vez, a ideia de neutralidade está presente na concepção hegemônica que domina a academia e que apoia essa defesa.

Dar a alguns países o poder de ditar os rumos da ciência implica, também, em dar-lhes poderes em outros âmbitos, como o econômico, o tecnológico, o político. Sem perceber, o mundo científico oferece a esses países formas de manter um domínio que já têm.

Além disso – e é importante este destaque –, dá-se a aspectos administrativos a prioridade sobre aspectos de conteúdo. De fato, a padronização da língua inglesa como a língua universal da ciência facilitará o controle da informação – muito cara para a Ciência da Informação. No entanto, também permitirá, de maneira mais justificável do que hoje, o controle de conteúdo.

Ainda sob o domínio dessa concepção hegemônica, o texto científico deve se primar pela sobriedade, pela seriedade, pela ausência de humor, pelo não uso de metáforas etc. O texto deve ser objetivo, entendida a palavra "objetivo" como voltado exclusivamente para a disseminação da pesquisa ou da reflexão que originou o texto. Na ciência, as "variáveis" devem estar todas controladas, com exceção de uma, a que elegemos para estudar. Assim, podemos centrar nosso foco nas alterações da variável não controlada quando submetida a ações diferenciadas. Para algumas ciências, isso é válido. No entanto, para as Ciências Humanas, essa objetividade da ciência não existe. É impossível controlar todas as variáveis, com exceção de uma. Ao contrário, as variáveis estão sempre influenciando nossas análises. O trabalho de pesquisa não lida com "experimentos", nem busca, necessariamente, reproduções. Nas Ciências Humanas e Sociais, trabalhamos com conceitos, e são eles dependentes de formas de concepções teóricas, de formas de se entender, compreender e explicar o mundo. Não se tenta alcançar, com os conceitos, a objetividade, mas a coerência. Dessa forma, o texto também não tem a intenção de ser objetivo. O humor, a ironia, o emprego de metáforas, o valer-se de textos ficcionais, de exemplos empíricos, do resgate de vivências e experiências pessoais, todos são recursos aceitos e válidos para os textos nas Ciências Humanas e Sociais – incluindo, evidentemente, as Ciências Sociais Aplicadas. É bom enfatizar que o emprego desses recursos em nenhum momento desmerece ou elimina o caráter científico de um texto. Os resultados das pesquisas são tão sérios como os de outras ciências.

Os textos científicos, como hoje são elaborados, disseminados e reproduzidos na maioria das publicações (sejam livros, capítulos de livros, artigos de revistas, *papers*, apresentação de trabalhos de eventos publicados em anais etc.), também têm como característica a tentativa de não comprometimento com afirmações. A redação emprega uma linguagem que os distancia das afirmações, das claras constatações. Usa-se, por exemplo, termos como: “tudo leva a crer”; “nossos dados apontam para”; "é possível entender"; "as respostas sugerem" e outras formas semelhantes. Tais frases evidenciam a tentativa de não se responsabilizar por afirmações, mesmo que oriundas dos trabalhos dos “cientistas”.

Um pesquisador, quando questionado sobre afirmações presentes em um texto publicado, defende-se recuperando a redação empregada: "Não afirmei. Disse que os dados coletados indicam para uma possível situação. É preciso mais estudos para se chegar a uma resposta conclusiva.". Claro que esses estudos, se realizados, continuarão tão inconclusos

como o anterior. Muitos pesquisadores optam por apresentar claramente suas ideias e afirmá-las, mesmo que não de maneira conclusiva, uma vez que as verdades são momentâneas e parciais, mas continuam sendo uma exceção no mundo científico.

Expressões corriqueiras no âmbito da academia, como "respeitar o leitor" e "o leitor deve ser o alvo de toda disseminação científica" – aliás, o ser humano deve ser o alvo de toda prática científica –, terminam por permanecer apenas no discurso dos pesquisadores, e não em suas práticas. Acima delas surge a tentativa de levar o leitor a concordar com suas ideias, conceitos e concepções. Estratégias, mesmo que inconscientes, são incluídas no texto. Poderia, aqui, apresentar várias delas, mas ficarei restrito a uma que é explícita e facilmente observável, aquela que afirma a verdade da assertiva antes mesmo de discorrer sobre ela. O autor quer que o leitor aceite de antemão como verdadeira uma afirmação que ainda será apresentada. Para isso, ele emprega: "como sabemos", ou "sabemos que", ou ainda "como é do conhecimento de todos". Essas expressões iniciam frases e querem a cumplicidade, a anuência prévia do leitor. Se o leitor desconhece o que seguirá a essas expressões, tende a acreditar que é uma falha de conhecimento dele, uma vez que "todos sabem", "todos conhecem". Como já é do conhecimento geral, deve ser algo consolidado, sedimentado, e apenas ele, leitor, desconhece.

Estratégias como essa estão presentes nos textos científicos, independente da área do conhecimento. Claro que todo pesquisador entende os resultados de sua pesquisa, de seu estudo, como verdadeiros e deseja que suas afirmações sejam seguidas por outros pesquisadores. Isso é compreensível e aceitável. O que não é compreensível e aceitável é a tentativa de usar subterfúgios para angariar adeptos às concepções e aos conceitos dos autores de textos científicos. Em muitos momentos, creio que na maioria das vezes, esses estratagemas são empregados de maneira inconsciente, sem a intenção de procurar e obter a simpatia a suas ideias através desses subterfúgios.

O emprego de uma linguagem rebuscada, pouco compreensível, também pode se enquadrar na tentativa de fazer crer que a qualidade do conteúdo de um texto tem relação direta com a dificuldade de sua compreensão. Se um texto é inteligível – defendem os adeptos desse entendimento – é porque, na maioria das vezes, veicula conceitos e ideias menores, consideradas inferiores para os padrões esperados da academia.

O corriqueiro, na fala coloquial, "não é mesmo?", transforma-se na linguagem acadêmica em algo próximo a "como queríamos demonstrar". A ideia é tentar persuadir nosso leitor de que o que nos propomos a fazer o fizemos de maneira correta, irreprimível

e incontestável. O que acabamos de desenvolver em um texto, a partir de objetivos apresentados inicialmente no trabalho, tem uma conclusão que não pode ser refutada, pois atende ao que se pretendia demonstrar.

Utilizar adjetivos desnecessários ou que apontem para um entendimento do autor, como "O mais importante é que..."; "A temática aqui empregada é extremamente necessária para..." etc., também são formas de determinar, antecipadamente, importâncias ou necessidades sob o ponto de vista do autor. É mais adequado deixar que o leitor decida se um tema, um trecho, uma opinião é "extremamente relevante" ou outras expressões semelhantes a essa.

Ao final dos trabalhos científicos – tanto os relativos ao TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), às monografias (muito empregadas como exigência de produto final de cursos de especialização – pós-graduação *lato sensu*), às dissertações (redigidas para obtenção do título de mestre, quer em mestrados acadêmicos, quer em mestrados profissionais) e às teses (produtos dos cursos de doutorado) –, é comum a afirmação de autores de que aquele trabalho visa atrair outros interessados na temática de forma a que, incentivados pelo que acabaram de ler, possam continuar os estudos e pesquisas da temática. Afirmam, também, que o trabalho não está finalizado nem pretende esgotar as discussões sobre o assunto. Tais afirmações são extremamente óbvias e podem ser suprimidas sem que o texto sofra alguma mutilação.

A exemplo do que se costuma incluir no final do trabalho, como visto acima, também em seu início há fórmulas recorrentes empregadas nos agradecimentos. De tão empregadas, passam a se constituir quase que obrigatórias. Creio que não ficarei admirado se um dia fizerem parte das normas da ABNT. Refiro-me ao agradecimento a Deus, aos pais, parentes, amigos, professores, colegas de turma, maridos, esposas, namorados, namoradas, noivos, noivas e outros que tais. É claro que não sou contra - nem poderia -, mas é uma fórmula que também não fará falta a sua ausência.

Outro ponto a ser mencionado é a epígrafe. Não é ela meramente um texto engraçadinho, uma frase espirituosa, um ditado, trechos de música, poesias, de um autor reconhecido etc. Todas as formas mencionadas acima podem ser utilizadas como epígrafe, mas deve ser ela uma síntese do pensar do autor sobre o seu trabalho como um todo. Esse será o entendimento do leitor, e o autor deve se preocupar com isso, e não simplesmente incluir como epígrafe algo que tenha relação com sua vida ou com códigos familiares, de amizades, ou mesmo da turma do programa de pós e esperar que o leitor descubra ou

adivinhe o sentido e significado dele. O autor deve lembrar que nada em seu trabalho científico deve ser motivo de mistério ou deve ser tratado como um código ou um enigma a ser decifrado.

Não fiz menção em todo o texto, até agora, aos relatos de experiências ou apresentação de projetos de pesquisa apresentados em revistas especializadas ou eventos. Também eles, com exceção de peculiaridades que distinguem os vários tipos de trabalhos científicos, devem considerar o que foi discutido neste texto.

Acredito que o cerne do trabalho do pesquisador e do estudioso de qualquer área do conhecimento humano é o de questionar o mundo, as ideias, o ser humano, as relações entre eles; é o de ser crítico perante as explicações e os entendimentos do mundo. Em especial, devemos questionar o que é entendido como sedimentado, como consolidado. Em vários trabalhos mencionam-se conceitos, ideias, concepções, correntes teóricas como se fossem dogmas, pressupostos que apenas devem ser seguidos sem questionamentos.

O presente texto é uma parte de um trabalho maior que, no momento, está sendo redigido. Seu objetivo é tornar conscientes ações e práticas desenvolvidas na redação de textos científicos. Todo pesquisador e estudioso, em seu fazer científico, está sendo obrigado, hoje, a produzir intelectualmente, sob a pena de ser mal avaliado e desconhecido em seu meio. O preceito "publica ou perece" está mais atual do que nunca. Muitas disseminações são produzidas apenas para atender a essa necessidade – que, em boa parte das vezes, traduz-se na própria sobrevivência do pesquisador. Professores vinculados a programas de pós-graduação têm uma meta de produção intelectual e técnica a ser cumprida em um determinado período, normalmente coincidindo com as avaliações realizadas pela CAPES. Essa produção, dessa forma, tem como base as exigências burocráticas, administrativas e avaliativas, e não a necessidade dos pesquisadores em disseminar os resultados de seus estudos e reflexões.

Textos repetitivos, abordando temas e assuntos já desenvolvidos em outros textos, são comuns nos periódicos especializados. Alguns trabalhos são meras reproduções, compilações de afirmações apresentadas em outras produções do mesmo autor ou dos mesmos autores. São reafirmações – e não poderia ser diferente, uma vez que os pesquisadores dificilmente possuem resultados expressivos em seus estudos que mereçam ser veiculados e disseminados, em prazos curtos.

A exigência de publicação feita aos pesquisadores ocupa boa parte do tempo disponível para a pesquisa. Antes mesmo de oferecerem resultados de qualidade, as pesquisas são divulgadas.

Não havendo tempo nem mesmo para o amadurecimento das conclusões de pesquisas, ou para a ampliação das reflexões a partir de resultados obtidos, como exigir do pesquisador uma preocupação com a redação do texto científico e com a linguagem científica? Tende ele a replicar as formas encontradas na literatura.

Vale lembrar que os pesquisadores não são, necessariamente, escritores. A exigência com a qual se deparam é a de redigir textos científicos que veiculem suas ideias e os resultados de suas reflexões e estudos. Devem eles, no entanto, buscar um conhecimento em relação à gramática da língua em que escrevem, visando tornar seus textos compreensíveis, assimilados, inteligíveis e apropriados por seus leitores. A dificuldade, como apresentado no parágrafo anterior, é a limitação de tempo imposta pelas exigências quantitativas de produção técnico-científicas.

Assim, a proposta do presente texto é alertar para os vários problemas existentes no trabalho científico, seja ele produto de resultados de pesquisas vinculadas à obtenção de grau acadêmico (graduação, especialização, mestrado e doutorado) ou as originadas por pesquisas científicas continuadas.

Finalizando, uma sugestão para quem está às voltas com a elaboração de dissertações, teses, trabalho de conclusão de curso, monografias e pesquisas continuadas: carregue sempre consigo – e deixe ao seu lado na mesa de trabalho e na cama – algo em que você possa registrar ideias que surjam repentinamente. Em boa parte das vezes são elas de pouca valia quando analisadas mais aprofundadamente. No entanto, parte delas será utilizada, e algumas, infelizmente poucas, indicarão caminhos e nortes para as reflexões ou embasarão muitas das afirmações, certezas e novidades presentes ou a serem incluídas no texto.

Todos nós que vivemos o mundo acadêmico, quer de maneira diária, cotidiana e profissional, quer de maneira efêmera, temporária e circunstancial, precisamos "lutar com as ideias e com as palavras". Carlos Drummond de Andrade descreveu, poeticamente, a relação do poeta com as palavras, melhor dizendo, a luta do poeta com as palavras (trechos do poema estão reproduzidos ao final deste artigo). O mesmo poema pode ser lido voltado para os pesquisadores, enfocando suas lutas e embates diários não só com as palavras, mas também com os conteúdos que desejamos e precisamos disseminar – não só por exigência

da burocracia das instâncias acadêmicas, mas, e principalmente, porque nossas reflexões precisam ser partilhadas, porque esse é o anseio e o objetivo de todas as pesquisas.

O LUTADOR

Carlos Drummond de Andrade

Lutar com palavras
é a luta mais vã.
Entanto lutamos
mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.
Algumas, tão fortes
como o javali.
Não me julgo louco.
Se o fosse, teria
poder de encantá-las.
Mas lúcido e frio,
apareço e tento
apanhar algumas
para meu sustento
num dia de vida.
[...]
Lutar com palavras
parece sem fruto.
Não têm carne e sangue...
Entretanto, luto.
[...]
O ciclo do dia
ora se consuma
e o inútil duelo
jamais se resolve.
O teu rosto belo,

ó palavra, esplende

na curva da noite

que toda me envolve.

Tamanha paixão

e nenhum pecúlio.

Cerradas as portas,

a luta prossegue

nas ruas do sono.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia poética**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983. p. 172-175.

SOBRE O AUTOR

Oswaldo Francisco de Almeida Júnior
Professor Associado da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP/Marília e Professor colaborador do Mestrado Profissional em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA).
E-mail: ofaj@ofaj.com.br

Recebido em: 03/05/2016; **Revisado em:** 01/06/2016; **Aceito em:** 05/06/2016.

Como citar este ensaio

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. O texto na pesquisa científica: notas a partir de uma experiência. **Informação em Pauta,** Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 118-134, jan./jun. 2016.